

CNBB adia a discussão sobre segurança nacional

Bispos decidem fortalecer CIMI

O fortalecimento do Conselho Indigenista Missionário, por meio do apoio integral da CNBB, com um vínculo judicial, deverá ser a forma com que se evitará a eliminação do órgão e, simultaneamente, as posições tomadas em caráter individual, que acabam causando atritos dentro da própria Conferência. Essas questões estão sendo discutidas por 20 grupos compostos de todas as regiões do país, durante a 15ª Assembléia Geral da entidade que se realiza em Itaici.

Os resultados das discussões, que ainda serão submetidos ao plenário, foram divulgados pelos três bispos designados para a entrevista de ontem — dom João de Souza Lima, arcebispo de Manaus, dom Frederico Helmel, de Guarapuava (PR), e dom José Brandão de Castro, de Propriá (SE). O Cimi, e todos os aspectos relacionados com a atuação do órgão dentro do país, faz parte do tema "As regiões missionárias do Brasil", que deverá resultar, juntamente com "Exigências cristãs de uma ordem política", em um documento final que vai orientar a ação da CNBB nos dois próximos anos.

A vinculação jurídica do Cimi à CNBB já foi admitida em caráter oficioso, através da sua atuação por "regiões", em harmonia com os planos de pastoral regionais e diocesanos. Nesse termos, o objetivo principal é não abandonar o Cimi à sua própria sorte ou eliminá-lo, como se havia falado anteriormente. Essa posição da CNBB, totalmente favorável aos trabalhos do órgão, porém, não significa que se deseje manter os atritos e divergências principalmente na área indígena, entre o governo e a Igreja.

Para dom Frederico Helmel, bispo de Guarapuava (PR), as divergências na área indígena devem-se a um fator específico "Como existem dois órgãos com os mesmos interesses, agindo em uma mesma área, é natural que existam diferenças de opiniões e posições. Enquanto a Funai é vinculada, politicamente, ao governo, a Igreja age de forma mais independente, sem preocupações maiores, a não ser defender os direitos dos índios." Os funcionários da Funai — segundo dom João — agem de forma a motivar a intervenção dos bispos, que podem trabalhar mais livremente.

PREOCUPAÇÕES

A queixa entre os próprios índios, de que a Funai colabora com os grandes fazendeiros na demarcação das terras, foi apresentada na reunião de chefes indígenas de Surum, em Roraima — interrompida pela Funai com a justificativa de que a solicitação para o encontro não teria sido enviada àquele órgão, o que foi considerado um fator de intranquilidade, também denunciado pela Igreja. "Os índios não entendem como a Funai, que é um órgão criado para defendê-los, as-

sume essas posições. Índio não entende de política nacional mas sabe distinguir entre a Funai e a Igreja" — afirma o arcebispo de Manaus.

Os desentendimentos entre Funai e Cimi estariam mais na base do que na cúpula, na opinião dos bispos. E um diálogo bem intencionado poderia solucionar os problemas. "A Igreja quer ajudar o índio, assim como a Funai — diz dom João. — A metodologia pode ser diferente e a Igreja está disposta ao diálogo. Isso pode gerar até uma modificação de métodos de ambas as partes."

Ainda sem uma posição definida a respeito do diálogo entre os dois órgãos, a 15ª Assembléia Geral poderá determinar uma aproximação mais intensa entre seus representantes. "Quem pode defender os índios?" — pergunta dom Frederico Helmel — A Funai está intimamente ligada a problemas políticos e a Igreja preocupa-se com o índio como pessoa" — responde rapidamente o bispo. Nesse aspecto do problema, os obstáculos a serem superados — de ambas as partes — são muitos, o que impediria, no entanto, uma política de ação uniforme, ou um caminho idêntico no sentido de se beneficiarem as populações indígenas.

Dentro dessa perspectiva de entendimento, a CNBB, caso assumo o encargo do Cimi, poderá reavaliar os métodos adotados pelos missionários. Essa revisão, de acordo com as diretrizes estabelecidas até agora pelos grupos de trabalho da assembléia, abrangeria o estudo dos esforços missionários feitos nesta área, a defesa dos direitos dos índios, especialmente no tocante à terra, à cultura e à autodeterminação e, ainda, o oferecimento de um serviço social e jurídico à causa indígena.

PARTICIPAÇÃO

A distinção de metodologia entre a Funai e o Cimi, causa dos atritos mais frequentes, poderia ser superada se houvesse respeito à evangelização da Igreja. "A Igreja não quer desmoralizar o trabalho da Funai e também espera colaboração nesse sentido — explica dom João — para uma evangelização que não interfira na cultura e nos costumes dos índios."

A forma de vida dos indígenas, para o bispo de Guarapuava, é ainda repleta de caracteres muito positivos. "Eles vivem mais humanamente. Não existem brigas, problemas, infidelidades. Não precisam de Constituição" — enfatiza o bispo. E a integração, que fatalmente deverá acontecer, não deve ter caráter de retrocesso para o branco, conforme dom Frederico. Essa idéia é apoiada por dom João, que recorda uma frase do antropólogo nunes Pereira para ilustrar o fato "O índio não pode suportar a sifilização do mundo civilizado."

Dos enviados especiais

Os bispos que participam da 15ª Assembléia Geral da CNBB chegaram a um impasse no momento de discutir a doutrina da segurança nacional, dentro do documento sobre as "Exigências cristãs de uma ordem política, em virtude do relativo desconhecimento de alguns religiosos sobre o assunto. A informação é do bispo de Propriá (Sergipe), Dom José Brandão de Castro, que, ontem, durante entrevista à imprensa, também defendeu a inclusão, no comunicado final do encontro, de um apelo da igreja para a realização de uma reforma agrária no país — "uma das maiores exigências para uma ordem sócio-política justa e cristã e alternativa para a marginalização de grande parte da população brasileira no futuro.

Para resolver o impasse, acrescentou dom José Brandão, a assembléia vai convidar alguns especialistas em questões de segurança nacional, para que façam uma exposição sobre o tema aos 240 participantes da assembléia, em Itaici. Apesar do desconhecimento do bispo de Propriá a respeito de quem seria convidado — "o plenário tomou a decisão de realizar um painel sobre o assunto, mas a responsabilidade da escolha dos nomes cabe à mesa diretora dos trabalhos — fontes da assembléia revelaram que seis especialistas foram consultados, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, sobre a possibilidade do painel que possivelmente será feito hoje à tarde.

De acordo com estas informações, o cardeal Aloisio Lorscheider e dom Paulo Evaristo Arns já saíram da vila Kostka, anteontem, rumo à capital, com a relação dos nomes a contactar. Enquanto o presidente da CNBB realizava, ontem, uma série de exames clínicos no hospital da Portuguesa, com vistas a uma próxima operação cirúrgica, o arcebispo de São Paulo cuidava de conversar telefonicamente com os especialistas convidados.

Entre os próprios bispos, lembrou dom José Brandão, existe um estudioso da doutrina da segurança nacional. "É dom Candido Padim, que fez um trabalho a respeito em 1968. Inclusive, em tom de brincadeira, eu o consultei sobre se estaria disposto a voltar ao assunto. Mas, ele respondeu que precisaria alterar algumas coisas no que já escreveu para manifestar-se.

Enquanto a exposição não é realizada — ameaçando a própria agenda dos trabalhos da assembléia — os 20 grupos de trabalho em que se subdividiram os bispos, leigos e representantes de outras Igrejas cristãs que participam do encontro, procuram avaliar as sugestões apresentadas aos outros aspectos do documento sobre as exigências cristãs de uma ordem política e continuar as análises sobre a problemática das missões religiosas no Brasil — incluindo o estudo sobre a atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e seu relacionamento com órgãos como a Funai e a própria CNBB.

EXIGÊNCIAS

Apesar da falta de uma informação geral, dom José Brandão e os outros dois bispos que participaram da entrevista à imprensa, on-

tem — dom Frederico Helmel, de Guarapuava, Paraná, e dom João de Souza Lima, arcebispo de Manaus — destacaram que as sugestões não alteram o conteúdo do documento, mas, antes, reforçam a idéia de "a opção pastoral do bispo, hoje, tem de ser pelos marginalizados, cujo fenômeno revela, por si mesmo, que o bem comum ainda está longe de ser conseguido". Para o bispo de Propriá, inclusive, a marginalização tende a crescer cada vez mais, na medida em que as grandes decisões são tomadas "tendo-se em conta interesses de grupos ou de classes e não os do povo humilde e desprotegido".

Segundo dom Frederico Helmel, um dos grupos de estudo vai propor ao plenário da assembléia a elaboração de um documento ao povo contendo a doutrina cristã frente ao estado e à pessoa humana. "Com isto, procuramos dar ao nosso rebanho uma visão cristã da realidade, que sendo clara, firme e serena pode contribuir para esclarecer mal-entendidos."

O bispo de Guarapuava enfatizou que a Igreja não faz política nem tem condições de dizer como deve ser organizado o Estado. "Mas nós formamos consciências que devem contribuir para aprimorar a estrutura política da realidade terrena, adaptando a uma visão cristã, onde sejam respeitadas os direitos humanos."

Já o bispo de Propriá prefere insistir na necessidade de o País não entregar toda sua terra às grandes empresas, sob risco de elevar o êxodo rural e condenar as cidades a "incharem com os marginalizados". No seu entender, muitas injustiças estão sendo cometidas em virtude de as decisões no País estarem sendo tomadas por um pequeno grupo, sem levar em consideração as efetivas necessidades da maior parte da população ou permitir sua participação no processo decisório.

Um exemplo estaria sendo dado pela própria Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que executa ao norte de Sergipe e às margens do rio São Francisco, um gigantesco plano de irrigação empregando modernas técnicas, "mas sem levar na devida conta o agricultor da região, o barraqueiro do São Francisco.

UNIDADE

"Os bispos individualmente são o visível princípio e fundamento de unidade em suas igrejas particulares, formadas à imagem da igreja universal — em coro, pouco mais de 200 preladados exultam Kyrie Eleison. Estava começando o exame de consciência, a quinta etapa do serviço religioso celebrado, ontem, na grande capela da Vila Kostka, como parte do retiro espiritual programado para o terceiro dia da 15ª Assembléia Geral da CNBB.

Com uma moderna liturgia e a participação de muitos religiosos, empregados da casa de retiros de Itaici, funcionários da secretaria da CNBB e convidados de outros cultos, a celebração foi presidida por dom Jairo Rui Mattos, bispo de Bonfim, e durou quase duas horas. A homilia falou da humildade com que todos os seres humanos devem procurar a verdade divina.